

# Fábio Lucena diz que criticar faz parte do jogo democrático

22 MAI 1983

JORNAL DE BRASÍLIA

Mota Britto

Agressivo, polêmico, detentor de um estilo não muito refinado, de um pouco mais de três meses de legislatura, o senador Fábio Lucena (PMDB/AM) vem se mantendo na crista dos debates. Entre outras façanhas, já pediu a cabeça do ex-diretor do SNI, em Manaus, almirante Gama e Silva, acusando-o de contrabandista, o que lhe valeu um processo por calúnia no Supremo Tribunal Federal. E no início da semana, no plenário do Senado, de dedo em riste, chamou o poderoso ministro do Planejamento Delfim Netto de traidor da pátria.

— Grosseria? não, não acho. Esse é o meu jeito. Sou um homem simples, de origem humilde e não quero mudar o que é de berço. De mais a mais faz parte do jogo democrático, justifica o senador. Afinal, não é à-toa que, ao longo de sua carreira política, ele tem colecionado um sem número de processos, enquadramentos na lei de segurança, e até mesmo 87 dias de prisão num batalhão do Exército, no Amazonas, "um dia após o golpe de 1964".

Saído direto da Câmara de Vereadores de Manaus para o Senado, «de uma canoa para uma nave espacial», conforme ele mesmo diz, Fábio Lucena começou na política em 1960, como presidente do diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Manaus, onde se formou. Casado, seis filhos, foi eleito em 15 de novembro com 60 por cento dos votos e confessa que até agora não teve tempo de adquirir uma afeição maior por Brasília, pois passa a maior parte dos dias no Congresso.

— A primeira vez que cheguei a cidade tive a impressão de estar entrando num quartel. Hoje já estou mais habituado. Trouxe toda minha família, meus filhos estão estudando, comprei um carrinho e, de vez enquando, dou um passeio pelas cidades-satélites. Gosto também de reunir alguns amigos lá em casa.

## ESQUERDA

Acostumado às urnas, considera-se um político de posições ideológicas de conteúdo democrático, «de esquerda», e não vê diferença entre o comunismo e o nazismo, «a não ser nas cores de seus símbolos». Em 1970 se candidatou pela primeira vez a deputado estadual, mas não foi eleito, «a única vez em toda a minha vida». Dois anos depois, conseguiria seu primeiro mandato popular na Câmara de Vereadores com nove mil votos. Sua diplomacia chegou a ser impugnada pelo Ministério Público, que o acusou de pertencer ao Partido Comunista, mas o Tribunal Eleitoral lhe assegurou a posse.

Escolhido pelo PMDB para concorrer ao Senado em 1974, terminou ficando como candidato



O senador amazonense garante que só acusa quando possui provas

a deputado federal porque ainda não tinha a idade mínima de 35 anos para ingressar na «Casa Maior». Mais uma vez, contudo, seu temperamento explosivo e combativo lhe causou problemas. Foi novamente processado com base na lei de segurança por ofensa a autoridade e incitação a desobediência coletiva. Resultado: tornou-se inelegível e não pôde disputar as eleições. No ano seguinte, foi julgado e absolvido por unanimidade em Belém. «O objetivo era só impedir minha eleição», lembra.

Líder do PMDB na Câmara Municipal de Manaus durante 10 anos, em 1976 foi reeleito vereador, com 50 por cento de votos a mais do que na primeira vez. Em 1978, foi de novo candidato ao Senado, ganhou a eleição, mas perdeu na sublegenda e teve que esperar mais quatro anos.

## ORIGEM

Filho de seringueiro, Lucena nasceu em Barcelos, uma cidadezinha do alto do Rio Negro e, aos 10 anos, chegou a Manaus, após conseguir uma bolsa para estudar num colégio interno das missões Salezianas. Foi funcionário burocrático do Banco do Brasil — hoje está licenciado — e fez do jornalismo sua primeira tribuna. Aos 18 anos, começou a trabalhar no jornal «A Tarde», em Manaus, onde foi repórter, redator e cronista e até hoje escreve com frequência para «A Crítica».

Lucena tem se revelado mais um político de plenário do que um legislador propriamente dito. Qualquer assunto merece sua

análise, desde a política econômica e financeira do governo até os problemas de seu Estado, o Amazonas. Circula com desenvoltura por toda a bancada oposicionista e, mesmo do lado do governo, costuma conversar com a senadora Eunice Michilles, também do Amazonas.

Em seu gabinete, quinta-feira à noite, na véspera de viajar para Manaus, como faz de 15 em 15 dias, e diante de uma mesa abarrotada de papéis, não parecia nem um pouco preocupado com o processo que lhe é movido pelo almirante Gama e Silva.

Em só o conheço de vista, diz que sua briga com ele vem de mais de 20 anos. Acusa-o de sempre tê-lo perseguido, «desde o começo de minha vida pública», e já chegou a afirmar do plenário que se se encontrassem, «um de nós sairia sem vida».

Lucena baseou sua denúncia num artigo da Constituição que proíbe brasileiros em missão de Estado no exterior de importar, com isenção de impostos, veículo com um valor superior a 7.500 dólares. O almirante Gama e Silva foi adido militar em Washington e trouxe para o Brasil um Mercedes acima desse preço. Para tanto, teve autorização da Receita Federal com base numa portaria do então ministro da Fazenda Delfim Netto. O caso está agora na Justiça.

— Portaria não anula decreto-lei. O que houve foi tráfico de influência, reage o senador. Minha denúncia chocou porque ninguém acreditava que eu dispusesse da documentação.